

A NÃO COINCIDÊNCIA INTERDISCURSIVA: MARCA DA RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA EM MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DE CURSO DE LETRAS

*Ilderlândio Assis de Andrade Nascimento*¹

RESUMO: O presente trabalho analisa a não-coincidência interdiscursiva como marca que assinala a responsabilidade enunciativa em Monografias de Conclusão de Curso, a partir do quadro teórico da Análise Textual dos Discursos. Este trabalho tem suas bases assentadas, principalmente, na perspectiva teórica de Adam (2008) e dialoga com os estudos enunciativos de Authier-Revuz (1998; 2004). O *corpus* desta pesquisa é constituído por 10 (dez) seções de revisão da bibliografia de monografias de conclusão de curso de Letras. O jogo entre atribuição e/ou assunção de pontos de vista é aspecto constitutivo da natureza do gênero monográfico. É nesse jogo dialógico que os sentidos são produzidos, materializando-se por meio de mecanismos linguístico-enunciativos. Nesse sentido, a não-coincidência interdiscursiva, como marcas da responsabilidade enunciativa, atuam no texto monográfico de modo a promover um diálogo com o outro na tessitura textual em um jogo de atribuição e/ou de assunção de pontos de vista.

PALAVRAS-CHAVE: Responsabilidade enunciativa; Não-coincidência interdiscursiva; Monografia de conclusão de curso; Análise textual dos discursos.

INTRODUÇÃO

Pesquisas que tomam o texto acadêmico como objeto de estudo, nos mais variados aspectos, têm revelado um quadro preocupante, mostrando que são frequentes problemas tanto em relação ao manejo dos recursos linguístico-textuais necessários para a construção de textos coerentes, quanto ao gerenciamento de outras vozes na rede textual discursiva (MATÊNCIO, 1997;

¹ Mestrando em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba. Graduado em Letras/Língua Portuguesa e respectivas literaturas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (2013).



BOCH & GROSSMAN, 2002; BESSA, 2007; PEREIRA, 2007; BERNARDINO, 2009; BESSA & BERNARDINO, 2012; entre outras). Pesquisas como essas têm contribuído com importantes discussões sobre a produção, ensino, leitura e circulação de texto no meio universitário. Até porque, nesse universo, o texto, necessariamente, precisa ser bem escrito, visto ser esse um espaço de produção de conhecimento científico. Entre problemas verificados nos estudos que abordam a escrita acadêmica estão àqueles referentes a questões como: introduzir, citar, comentar, parafrasear, explicar, retomar e desenvolver o dizer do outro na escritura de gêneros como artigos científicos, monografias, relatórios, etc.

Na gama de estudos realizados que tomam o texto acadêmico como objeto de investigação, destacamos aqueles que seguem pressupostos da Linguística Textual (LT), mais precisamente, no quadro teórico da Análise Textual dos Discursos (ATD), a partir da abordagem teórico-metodológica proposta por Adam (2008) acerca da *responsabilidade enunciativa dos enunciados*. Com relação a essa perspectiva de análise de textos, convém dizer que tem sido bastante produtiva no Brasil, como podemos citar, por exemplo, os estudos de Passeggi *et al* (2010), de Rodrigues (2011), de Santos (2012), de Fonseca & Rodrigues (2012), de Oliveira (2011). Esses estudos analisam, entre outros, textos/discursos políticos, literários, acadêmicos, jurídicos, jornalísticos. Entre as categorias que esses autores estudam, destaca-se a responsabilidade enunciativa.

Assim, na linha desses estudos, este trabalho analisa a *responsabilidade enunciativa*, a partir da *não-coincidência interdiscursiva*. Com isso, as seguintes questões norteiam essa investigação: (a) que elementos linguístico-enunciativos materializam a não-coincidência interdiscursiva?; (b) como os elementos linguístico-enunciativos instauram a responsabilidade enunciativa?; (c) como os sentidos do gênero monográfico são construídos, considerando os aspectos linguístico-enunciativos da não-coincidência interlocutiva?. Desse modo, objetivamos identificar, descrever e analisar a não-coincidência interdiscursiva como marca que assinala a responsabilidade enunciativa na construção de seções de revisão bibliográfica de monografias de conclusão de curso de Letras. Cabe dizer que o presente trabalho é um recorte dos dados da





monografia “A responsabilidade enunciativa em monografias de conclusão de curso²”.

Essa abordagem é relevante porque permite estudar o texto acadêmico não apenas quanto aos seus mecanismos textuais, linguísticos, estruturais, mas sim considerá-lo, também, nos seus aspectos co(n)textuais e enunciativo-discursivo, na construção de sentidos. De modo mais específico, a base teórica aqui adotada permite estudar o texto/discurso como materialidade, mas uma materialidade em funcionamento, em uso, no diálogo. Ou seja, considerando as ocorrências e as escolhas linguísticas como resultado do diálogo entre o estudante-enunciador-produtor e os outros (outros discursos, outros enunciadores, outros lugares, outras épocas, etc.).

Metodologicamente, essa pesquisa é do tipo documental, de natureza descritiva e interpretativa e orientada por uma abordagem qualitativa. Para constituir o *corpus* da pesquisa, selecionamos 10 (dez) seções de revisão bibliográfica de monografias produzidas por estudantes da habilitação em língua portuguesa, no semestre 2009.2. As monografias foram coletadas na Biblioteca “Pe. Sático Cavalcante Dantas”, do *Campus* Avançado “Prof^a. Maria Elisa de Albuquerque Maia” (CAMEAM), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). A escolha da seção de revisão bibliográfica se deu pelo fato de ser nela que o estudante traz para seu discurso outros discursos, outras vozes. É, também, nessa seção que o estudante dialoga com os estudos da área, como mostra a pesquisa de Bessa (2007).

Feita essa introdução, faremos, na seção seguinte, uma apresentação do campo teórico, a Análise Textual dos Discursos, conforme postulado por Adam (2008); logo depois, a partir, principalmente, de Adam (2008) e de Authier-Revuz (1998; 2004), discutiremos sobre a responsabilidade enunciativa, destacando os conceitos fundamentais dessa categoria, focando os fenômenos da modalização autonímica/não-coincidências do dizer como pontos que assinalam a responsabilidade enunciativa; em seguida, faremos a análise dos dados, examinando fragmentos do *corpus* que evidenciam a

² Monografia apresentada ao Departamento de Letras, *Campus* Avançado “Prof^a. Maria Elisa de Albuquerque Maia” (CAMEAM), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), como requisito para obtenção do título de licenciado em Letras – habilitação em Língua Portuguesa e respectivas literaturas.



materialização da responsabilidade enunciativa e, por fim, faremos uma conclusão dos dados analisados, ressaltando alguns pontos relevantes.

SITUANDO O CAMPO TEÓRICO: A ANÁLISE TEXTUAL DOS DISCURSOS (ATD)

Tendo em vista que o campo teórico no qual esse estudo está situado é a Análise Textual dos Discursos (doravante ATD), convém tecer algumas considerações sobre essa abordagem teórica. É a partir dos estudos de Adam (2008), considerado o proponente da ATD como abordagem teórico-metodológica, que temos acesso a esse campo teórico.

Nas linhas iniciais dessa discussão, vemos que, como o próprio Adam (2008) propõe, a ATD surge visando responder questões não alcançadas pelas teorias existentes no campo dos estudos do discurso e do texto. Esse ponto é defendido por esse autor logo na introdução de sua obra *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos* e tem como fio condutor uma “teoria da produção co(n)textual de sentidos, que deve fundar-se na análise de textos concretos” (ADAM, 2008, p. 23).

Partindo dessa ideia basilar, constatamos que a proposta de Adam (2008) tem como ponto central analisar a produção social dos sentidos a partir de um conjunto de categorias textuais e discursivas, tendo como mediação os gêneros. Isso porque os discursos orais e escritos materializam-se nos mais diversos gêneros textuais. A proposta de Adam (2008) para a ATD permite-nos, portanto, trabalhar com os dois planos: o plano linguístico (como propõe a Linguística Textual) e o plano dos discursos (como propõe a Análise do Discurso). Esses dois planos são apresentados pelo autor como sendo articulados. E essa articulação desses dois campos (LT e AD) permite ao analista abordar com mais propriedade a complexidade que é inerente a todo texto/discurso.

A proposta teórico-metodológica da ATD apresenta várias categorias de análises de textos. Entre essas categorias, encontramos aquela que tomamos como base para analisar o *corpus* dessa pesquisa: a responsabilidade enunciativa. A seguir, apresentaremos algumas noções fundamentais acerca dessa categoria de análise.





A RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA: NOÇÕES FUNDAMENTAIS

Adam (2008), ao propor a categoria da responsabilidade enunciativa, postula que as ações, as representações discursivas são *pontos de vista* (doravante, PdV). Conforme o autor, as ações relatadas são *ligadas entre si pelo ponto de vista*, sendo que esse é, geralmente, marcado por introdutores como, por exemplo, *segundo, de acordo com, para, Em Washington, Em Paris*. Esses exemplos de formas de introduzir “marcam uma zona textual sob a dependência de uma fonte de saber (mediação epistêmica) ou de percepção (mediação perceptiva)” (ADAM, 2008, p. 115).

Desse modo, na construção de textos, existem enunciados não assumidos pelo locutor-enunciador. Tais enunciados são atribuídos a um outro enunciador, a uma outra fonte de saber. Adam (2008) mostra que existem variados recursos linguísticos que funcionam na atribuição de enunciados a outros e, também, recursos que servem para assinalar que o locutor-enunciador assume a responsabilidade pelo ponto de vista enunciado.

Uma questão colocada por Adam (2008) diz respeito à extensão do enunciado atribuído a um outro PdV. Em outras palavras, a preocupação do autor é saber como identificar as fronteiras entre o que pertence ao locutor-enunciador do texto e o que pertence ao PdV de um outro enunciador, a uma outra fonte de saber introduzida no texto. Nessa discussão, Adam (2008) nos mostra que as aspas funcionam, por exemplo, como recurso linguístico na delimitação das fronteiras. A abertura e o fechamento das aspas facilitam a delimitação dos enunciados não assumidos pelo locutor-enunciador e, ao mesmo tempo, delegam a responsabilidade a um outro.

Por fim, em Adam (2008), as categorias que materializam a responsabilidade enunciativa são: (i) os índices de pessoa; (ii) os dêiticos espaciais e temporais; (iii) os tempos verbais; (iv) as modalidades; (v) os diferentes tipos de representação da fala; (vi) as indicações de quadros mediadores; (vii) os fenômenos de modalização autonímica; e (viii) as indicações de um suporte de percepções e de pensamentos. Essas categorias advêm de trabalhos que nem sempre pertencem a uma mesma abordagem teórica. Isso já é indicado pelo próprio Adam (2008), quando menciona, em



cada categoria, a base teórica que fundamenta cada uma delas. A título de exemplo, citamos a categoria denominada como os *diferentes tipos de representação da fala*, que encontra embasamento teórico em Bakhtin (1990; 2006) e em estudos, por exemplo, de Maingueneau (2002; 2006). Já, a categoria denominada as *indicações de quadros mediadores* tem como referente teórico principal os estudos de Slatka Guentchéva e Authier-Revuz. Por sua vez, a categoria as *indicações de um suporte de percepções e de pensamentos* encontra respaldo nos estudos de Philippe (2001) e Bergounioux (2004). Quanto à categoria *os fenômenos de modalização autonímica* está inscrita nos estudos linguístico-enunciativos de Authier-Revuz (1998; 2004). Desse modo, considerando que o presente trabalho investiga a não-coincidência interdiscursiva como marca da responsabilidade enunciativa, iremos apresentar, no próximo tópico, o fenômeno de modalização autonímica/pontos de não-coincidências do dizer.

O FENÔMENO DA MODALIZAÇÃO AUTONÍMICA: EM FOCO, A NÃO-COINCIDÊNCIA INTERDISCURSIVA

Ao citar a modalização autonímica como recurso que marca a responsabilidade enunciativa, Adam (2008) aponta os estudos enunciativos de Authier-Revuz (1998; 2004), sinalizando uma exterioridade à sua proposta. Desse modo, estudar a responsabilidade enunciativa, a partir do fenômeno da modalização autonímica, é trazer à discussão duas perspectivas teóricas que, nesse caso, se complementam.

Assim, voltando nossa atenção para os estudos de Authier-Revuz (2004), constatamos que ela apresenta, esquematicamente, alguns mecanismos ou expressões denominadas de *controle-regulagem do processo de comunicação*. Essas expressões assinalam um ponto no discurso em que aflora a *heterogeneidade*, sendo, também, denominadas pela autora de *formas de modalização autonímica* e, mais precisamente, de *as não-coincidências do dizer* (doravante NCD).

Authier-Revuz (1998; 2004) lista quatro tipos ou *pontos* de NCD: (i) *pontos de não-coincidência interdiscursiva*; (ii) *pontos de não coincidência interlocutiva*; (iii) *pontos de não-coincidências entre as palavras e as coisas*; e





(iv) *pontos de não-coincidências das palavras com elas mesmas*. Segundo Authier-Revuz (2004), as categorias (i) e (ii) têm como base o dialogismo bakhtiniano e a interdiscursividade de Pêcheux; já as categorias (iii) e (iv) têm como base o discurso teórico da psicanálise freudo-lacaniana. Cabe dizer que essas quatro categorias enunciativas possuem vários formatos linguísticos e se desdobram em sub-categorias diversas, além de apresentarem diversas funções discursivas na construção de sentidos do texto/discurso. Das quatro NCD citadas acima, como já dito, iremos voltar nossa atenção para a primeira.

Segundo Authier-Revuz (1998), a não-coincidência interdiscursiva permite especificar *tipos de fronteiras* entre si e o outro, conduzindo o discurso a produzir uma imagem de si mesmo, por diferença, servindo, assim, como: (1) Balizagem ou incerteza (*discurso citado, e Retomadas de outros discursos de forma não-marcada (como alusão)*); (2) Balizagem exterior “apropriada” ao objeto do dizer (*Palavras de um outro lugar, Palavras de uma outra época, Palavras de uma outra teoria, Palavras de uma outra pessoa*); (3) Exterioridade de uma palavra ou do sentido de uma palavra (*X, no sentido de*); (4) Especificação do tipo de outro (*Outra língua, Outra região, Outra época, Outro registro, Outro ‘socioleto’, Outro discurso teórico, Outra posição política*).

Ao comentar essa NCD, Authier-Revuz (2004, p. 24) explica que ela “nomeia o outro-estrangeiro(a) e/ou frequentemente o traduzem ou o explicitam com as palavras normais do discurso”. Esse tipo de não coincidência do dizer é materializado por glosas que assinalam, no discurso, a presença de outras palavras, marcadas como pertencentes a um outro.

Ademais, nos estudos de Authier-Revuz (1998; 2004), encontramos algumas formas de discurso citado/relatado que materializam a não-coincidência interdiscursiva, a saber: o discurso direto, o discurso indireto, a modalização em discurso segundo, discurso indireto com ilhota textual.

No discurso direto (DD), temos a reprodução literal das palavras de um outro. Conforme Authier-Revuz (1998, p. 140), “a mensagem citada em DD, em seu caráter autônomo, suspende a possibilidade de sinonímia: isso significa que a mensagem ‘mostrada’ em DD é dada em sua materialidade significante”. Desse modo, o DD apresenta uma ruptura sintática em que recursos linguísticos delimitam fronteiras entre o discurso citado e o discurso citante.



Comparado ao discurso indireto, o discurso direto “não enuncia um conteúdo como o DI, ele mostra uma cadeia significante” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p.140). Desse modo, o DD apresenta uma estrutura sintática heterogênea em que o discurso do *um* apresenta as próprias palavras do *outro*. Por outro lado, no discurso indireto (DI) “o enunciador relata um outro ato de enunciação e *usando* suas próprias palavras, pelas quais ele reformula as palavras de outra mensagem: o modo semiótico do DI é, de maneira homogênea, o modo-padrão” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p.139 grifo da autora). Assim, no discurso indireto temos a reformulação de um outro discurso em que os sentidos, o conteúdo do outro são citadas, mas não com as mesmas palavras, ou seja, o significante não é reproduzido.

Além do DD e do DI, Authier-Revuz (1998, p. 142) cita também casos em que no DI se constata a presença de um “elemento como ‘não traduzido’, como fragmento conservado da mensagem de origem”. Esse elemento é denominado como *ilhota textual*. Nesse caso, temos um discurso indireto comportando uma ilhota textual de discurso direto entre aspas ou marcado com *itálico*. A ilhota textual é considerada uma “forma híbrida” ou “mista” por ser uma associação de DD e DI (AUTHIER-REVUZ, 2004).

Authier-Revuz (1998) apresenta, ainda, a *modalização em discurso segundo*. Nesse tipo, temos um modalizador que faz referência a um outro discurso. Uma das características desse tipo de discurso relatado é que ele faz recair sobre o outro a responsabilidade pelo conteúdo do enunciado. Além disso, a modalização em discurso segundo apresenta como introdutores modalizadores como *segundo, para, conforme*, que remetem a um outro discurso, a uma outra fonte. Conforme Authier-Revuz (1998), a modalização em discurso segundo é caracterizada, ainda, por depender de um outro discurso, apresentando-se como sendo ela mesma como “segunda”.

Por fim, a não-coincidência interdiscursiva evidencia o fenômeno do dialogismo materializado no discurso, visto que traz as várias vozes que circulam no meio social para instaurar sentidos. Esse coral de vozes que circulam e penetram o discurso faz com que o enunciador, o ‘eu’ de um dizer, tenha que reconhecer, marcar, o seu dizer em relação ao dizer de outros, ou





em relação ao dito de uma teoria, ou em relação ao dito em uma outra época, etc.

A NÃO-COINCIDÊNCIA INTERDISCURSIVA COMO MARCA DA RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA NO TEXTO MONOGRÁFICO

Conforme a análise empreendida, os pontos de não-coincidência interdiscursiva foram mobilizados por meio de recursos como *discurso citado direto*, *discurso citado indireto*, *discurso citado indireto com ilhota textual*, *modalização em discurso segundo* e *especificação de um tipo de outro: outra língua e outra época*. Os fragmentos abaixo ilustram essa ocorrência.

Discurso citado direto

[01]

De acordo com os postulados da Linguística Textual, concebia-se inicialmente que, para ser aceita como texto, uma dada manifestação linguística deveria submeter-se a um conjunto de critérios de textualidade, o que seja, segundo Costa Val (1994, p. 05): “o conjunto de características que fazem com que um texto seja um texto e não apenas uma sequência de frases”. Assim sendo, entendemos que a noção de textualidade parte do princípio de que toda interação comunicativa apresenta, necessariamente, a característica da textualidade, ou seja, realiza-se sob a forma textual. (M01, p. 21).

No fragmento 01, constatamos que o estudante discute os critérios da textualidade, mostrando os avanços na concepção de texto ao longo dos estudos linguísticos. Para fundamentar suas palavras, o estudante recorre às palavras de *Costa Val (1994, p. 05)*. Para isso, ele mobiliza um discurso citado direto, ou seja, ele reproduz fielmente as palavras de Costa Val, a saber: *segundo Costa Val (1994, p. 05): “o conjunto de características que fazem com que um texto seja um texto e não apenas uma sequência de frases”*. De início, o fragmento em destaque apresenta um termo introdutor, *segundo*, que aponta, semanticamente, para uma não assunção da responsabilidade pelo que vem depois dele. Na sequência, apresenta o nome de um outro autor, de uma outra



fonte, qual seja: *Costa Val*. Além disso, numa atitude de marcar temporalmente o discurso do outro, assinala, também, o ano da publicação da obra e o número da página da qual retirou a citação, qual seja: (1994, p. 05). Se essa descrição correspondesse apenas aos aspectos mencionados, já seria possível perceber que esse ponto do discurso do estudante foi atravessado por outra instância enunciativa e por um outro discurso, dito em uma outra circunstância por uma outra fonte do saber. Adam (2008, p.115) nos diz que “muito frequentemente, esses PdV são assinalados por introdutores como *segundo*” e em outro ponto ele diz que o marcador *segundo* indica que uma porção do texto não é assumida pelo locutor.

O excerto 01 apresenta, ainda, além dos aspectos já apontados, um trecho entre aspas. As aspas exercem um papel significativo nos estudos acerca da responsabilidade enunciativa. Conforme Adam (2008), as aspas delimitam um segmento de texto sob a dependência de uma outra fonte do saber, ou seja, as aspas delimitam, marcam uma porção do texto que não é assumida pelo autor, mas que é atribuído a uma outra fonte. No caso em análise, a porção do texto entre aspas foi atribuída à *Costa Val*. Ao colocar um fragmento de texto entre aspas, o estudante sinaliza para o leitor, como que dizendo: essas palavras não são minhas. Ao fazer uso das aspas, o estudante-enunciador mobiliza uma forma de dizer que o discurso pertence ao outro, sendo, portanto, ético na escrita do texto acadêmico, não assumido como seu um enunciado dito por um outro enunciador.

Explorando mais ainda o fragmento 01, é possível perceber que embora as palavras reproduzidas em discurso citado direto não tenham sido assumidas pelo estudante como sendo de sua pertença, esse discurso não é citado de forma aleatória. Esclarecendo: o discurso citado direto exerce uma função dentro do texto monográfico em análise, sendo um suporte, uma base de sustentação para que, a partir dele, o estudante enuncie, reflita, interprete. Estamos, nessa perspectiva, diante de um dos aspectos do dialogismo materializado na tessitura textual.



*Discurso citado indireto*

[02]

Bezerra (2005) afirma que, para que a escola desenvolva a competência comunicativa, é preciso priorizar o trabalho com os gêneros discursivos, já que estes são responsáveis pela articulação entre as práticas sociais e a escola não pode reduzir o trabalho com gêneros aos aspectos estruturais ou formais dos textos. (M02, p.16)

O fragmento 02 ilustra ocorrências de discurso citado indireto (DI) como marcador de responsabilidade enunciativa. Cabe lembrar que, no DI, “o enunciador relata um outro ato de enunciação e *usando* suas próprias palavras, pelas quais ele reformula as palavras de outra mensagem”, conforme Authier-Revuz (2004, 139). A partir desse entendimento, constatamos que, no fragmento 02, o estudante discorre acerca da importância de a escola trabalhar com os gêneros discursivos para desenvolver as competências comunicativas dos alunos. Nessa discussão, o estudante cita, em discurso indireto, *Bezerra (2005)*. Notamos que não temos a reprodução literal das palavras de Bezerra, mas a reformulação dos dizeres dessa autora. Conforme Authier-Revuz (2004, p. 151): “O DI, corresponde a uma operação de reformulação, isto é, de produção de um enunciado como tendo o mesmo sentido que *m* do ato relatado”. Em outras palavras, o discurso citado indireto é uma reformulação em que os sentidos de um outro texto são reproduzidos, mas não suas palavras, ou seja, o significante.

Nesse sentido, devemos compreender que, após os introdutores *Bezerra (2005) afirma que, o segmento para que a escola desenvolva a competência comunicativa, é preciso priorizar o trabalho com os gêneros discursivos, já que estes são responsáveis pela articulação entre as práticas sociais e a escola não pode reduzir o trabalho com gêneros aos aspectos estruturais ou formais dos textos* é a reformulação de um outro discurso que teve apenas os sentidos reproduzidos, mas não o significante, a forma literal.

Vale frisar a função exercida pelos introdutores destacados. Esses estão organizados da seguinte forma: nome do autor + ano da publicação da obra +



verbo *dicendi* + *que*. O uso dessa estrutura linguística introduz um segmento sob a dependência de um outro ponto de vista pertencente a um outro, a saber, a *Bezerra (2005)*. O fato de reformular, ou seja, de retomar os sentidos de um outro discurso/texto, indicando a fonte, faz com que o estudante se ausente da responsabilidade enunciativa pelo sentido do enunciado. Ele é responsável por refazer a estrutura textual, mas não pelos sentidos nela expressos. Em outros termos, o estudante é responsável pelo enunciado *aqui* e *agora*, pela reformulação do discurso, mas não é o autor, a fonte dos sentidos reproduzidos. Os sentidos pertencem a um outro autor e foram ditos em um outro momento, em outra época. É como se o estudante indicasse ao leitor: o arranjo textual é meu, mas os sentidos foram extraídos de um outro e podem ser encontrados em outro lugar, portanto, não me responsabilizo por eles.

Diante dos casos de discurso citado indireto, vale frisar que, quando falamos de responsabilidade enunciativa, não estamos falando apenas de palavras literais (significante), mas, sim, principalmente, de pontos de vista. Não é apenas de frase (gramatical), mas sim de texto/discurso (sentido). É essa a concepção que norteia a proposta de Adam (2008). Assim, relacionando com a proposta de análise deste autor, podemos entender o fragmento 02 da seguinte maneira: temos um marcador de DI, *afirma que*, indicando que toda a porção do texto, correspondente à frase inteira, não é assumida pelo estudante.

O DI, portanto, por indicar a reformulação de um outro texto, conservando o sentido desse, se configura como uma marca da não-coincidência do discurso consigo mesmo e, por conseguinte, da responsabilidade enunciativa. No DI, temos a presença de um outro ato enunciativo, de um outro discurso, de um outro autor, de uma outra fonte do saber. Assim, a responsabilidade enunciativa é marcada pelo fato de que, ao utilizar um DI, o autor atribui a responsabilidade pelo conteúdo expresso a um outro, a uma outra fonte do saber.



*Discurso citado indireto com ilhota textual*

[03]

Maingueneau afirma que, para a boa compreensão de um texto, é necessário “encarná-lo”, observar a relação entre o texto e os discursos. [...] (M03, p. 16)

O fragmento 03 ilustra ocorrências de ilhota textual como marcador de não-coincidência do discurso consigo mesmo, sendo, portanto, um recurso que assinala a responsabilidade enunciativa. No fragmento em análise, constatamos a ocorrência de um discurso citado indireto, tendo como introdutor a expressão *Maingueneau afirma que*. O estudante recorre, desse modo, ao ponto de vista de Maingueneau acerca da compreensão de texto, de como o leitor deve proceder diante dos textos. O estudante-enunciador reformula o discurso de Maingueneau da seguinte forma: *Maingueneau afirma que, para a boa compreensão de um texto, é necessário “encarná-lo”, observar a relação entre o texto e os discursos*. O ponto que destacamos desse fragmento em DI é o seguinte: dentro desse DI constatamos a expressão, *encarná-lo*, que foi destacada entre aspas, configurando-se, assim, uma ilhota textual. De acordo com Authier-Revuz (1998), na ilhota textual temos um elemento do texto como tendo “resistido” “na sua literalidade à operação de reformulação – tradução” (p. 194).

A ilhota textual se configura como uma marca da não-coincidência interdiscursiva e, conseqüentemente, da responsabilidade enunciativa pelo fato de marcar no fio do discurso palavras que pertencem a um outro, destacadas como pertencentes a outro discurso. Para Authier-Revuz (1998), a ilhota textual é uma “forma híbrida” ou “mista” de discurso relatado, isso porque ela associa duas formas de discurso, a saber: DD e DI. No fragmento 03, desse modo, temos o uso de um discurso indireto comportando uma ilhota textual de discurso direto entre aspas. Nesse sentido, tanto o discurso indireto apresenta um ponto de vista pertencente a uma outra fonte, quanto o fragmento entre aspas (ilhota textual) marca palavras pertencentes a um outro autor. Se no fragmento 03 temos apenas uma breve expressão marcada, em outros casos podemos encontrar uma porção maior de texto marcada por aspas.



A modalização em discurso segundo

[04]

Segundo os PCN's (1998), se faz necessário valorizar a linguagem e seus usos estabelecidos pela sociedade a cada momento. Sendo assim, existe a necessidade de uma revisão dos métodos de ensino e a constituição de práticas que possibilitem ao aluno ampliar a dimensão interacional e discursiva. (M02, p. 18)

A modalização em discurso segundo foi outro modo de materializar a não-coincidência interdiscursiva e, por conseguinte, marca a responsabilidade enunciativa. O fragmento 04 ilustra a ocorrência da modalização em discurso segundo como forma de discurso relatado – na terminologia de Authier-Revuz (1998) – em que temos em um ponto do discurso a presença de outro discurso. No caso em análise, constatamos que o estudante recorre aos *PCN's (1998)* numa discussão acerca do valor que se deve dar a linguagem em seus usos estabelecidos pela sociedade. Assim, o enunciado introduzido por *Segundo os PCN's (1998)* está sob a dependência de um outro ponto de vista, apresentando, assim, uma outra fonte enunciativa.

Com relação às formas introdutoras do tipo *segundo*, Authier-Revuz (1998, p.135) afirma que elas inscrevem-se “num paradigma de elementos modalizadores diversos, cuja especificidade, em seu interior, é a de modalizar pela referência a um outro discurso”. Olhando para o fragmento 04, constatamos que o enunciado que se encontra introduzido por *segundo os PCN's (1998)* tem seu sentido remetido a essa outra fonte do saber. Nesse caso, o estudante opera uma atividade de parafraseamento do dizer do outro. Apenas os elementos introdutores marcam esse ponto do discurso como não assumido pelo estudante.

Ademais, é importante dizer que a modalização em discurso segundo faz recair sobre outro o conteúdo da afirmação de um enunciado, conforme postula Authier-Revuz (1998). Assim, nesse tipo de discurso citado, não são as palavras que são atribuídas a outrem, mas, sim, o conteúdo do discurso. É





nesse ponto que a responsabilidade enunciativa se manifesta, isso porque se faz presente o ponto de vista do outro.

Especificação do tipo de outro:

(i) Outra língua

[05]

Os objetos que simbolizam *status* são, de acordo com Bosi (2003), objetos que a moda valoriza, não se enraízam nos interiores e nem envelhecem com o dono, apenas se deterioram. [...]” (M05, p.30)

No fragmento 05, por sua vez, constatamos o uso de uma palavra de uma outra língua, a saber: *status*. O estudante-enunciador faz uso do *itálico* para marcar essa palavra como pertencente a uma outra língua, configurando, desse modo, uma não-coincidência do discurso consigo mesmo. Ao destacar essa palavra em seu discurso, o estudante-enunciador está delimitando fronteiras entre o interior e o exterior ao seu discurso. É, além disso, o encontro de duas línguas. Em outras palavras, é uma forma de dizer que aquela palavra não pertence à mesma língua na qual seu discurso está sendo produzido, sendo, também, um termo técnico.

Podemos aplicar a esse fragmento 05 os comentários de Authier-Revuz (1998) acerca da não-coincidência interlocutiva, quando ela diz que: “Assinalando entre suas palavras a presença estranha de palavras marcadas como pertencendo a um outro discurso, um discurso esboça em si o traçado – assinalando uma ‘interdiscursividade representada’ – de uma fronteira interior/exterior” (p. 23). No caso em análise, temos o exterior marcado em *itálico*, especificando a fronteira entre o um e o outro – a outra língua.

(ii) Outra época/ Outra língua

[06]

O termo grotesco surgiu no século XV, quando foi encontrado em Roma,



através de algumas escavações realizadas, várias pinturas ornamentais até então desconhecidas. Estas pinturas receberam o nome de “grotescas” por estarem na parte subterrânea, em grutas, pois o termo grotesco deriva do substantivo italiano *grotta*. (M08, p. 23)

No fragmento 06, temos mais uma ocorrência de não-coincidência interdiscursiva, materializada, dessa vez, pela presença, no discurso, de palavras de outra época. Temos, nesse caso, a explicitação da heterogeneidade enunciativa no discurso. O modo como se introduz o enunciado denuncia a presença de um discurso de uma outra época, a saber: *O termo grotesco surgiu no século XV*. O fato de remeter a origem de um termo, fazendo com que os sentidos deste sejam retomados de uma outra época, do século XV, configura o encontro do discurso atual com o discurso de outro período. Os sentidos, nesse caso, são evocados da história e trazidos para o *aqui* e o *agora* da enunciação. As palavras de outra época trazem consigo sentidos outros que são marcados e atualizados textualmente por meio dos recursos da língua – como é o caso do *itálico* e das aspas.

Além disso, o discurso do estudante materializa palavra de um outro discurso, sendo destacada tipograficamente – “*grotesca*”. As aspas marcam uma alteridade no discurso, destacando um exterior. Ademais, com relação ao fragmento 06, que mostra a ocorrência de dois recursos tipográficos (as aspas e o *itálico*), compartilhamos do entendimento de Adam (2008), ao dizer que “simples *aspas* ou *itálico* podem indicar essa alteridade” (p. 120). Assim, esses recursos tipográficos explicitam pontos em que o outro é manifestado no discurso.

Convém recuperar os dizeres de Authier-Revuz (1998) acerca desse assunto. Segundo ela: “Todos os tipos ‘de outro discurso’ – outro pela língua estrangeira, pelo lugar, pelo tempo, pelo grupo social, pelo ‘nível’ ou registro de língua, pelo locutor, etc... – podem emergir no discurso que está sendo dito” (p.210). Considerando esses dizeres, constamos, no fragmento 06, que o termo *grotesca*, além de ser atribuído a um outro discurso, de uma outra época, é, também, marcado como pertencente a uma outra língua. Inferimos isso da seguinte afirmação: *o termo grotesco deriva do substantivo italiano grotta*.





Nesse ponto, o estudante se volta para a natureza derivacional do termo *grotesco*, marcando tipograficamente a palavra *grotta* por pertencer a uma outra língua, ou seja, ao latim.

Ao marcar com aspas o termo *grotesco*, o estudante reafirma que esse pertence a um outro discurso, atribuindo-lhe o crédito devido. É nesse ponto que a responsabilidade enunciativa é marcada. O fato de grafar uma palavra como advindo de uma outra época, de um outro discurso, de um outro sujeito enunciador, o estudante marca o lugar do outro em seu discurso. Ao fazer isso, ele estabelece fronteiras entre o interior e o exterior. Com isso, o discurso configura um espaço heterogêneo em que percebemos a presença de discursos de dois enunciadores, de dois lugares, de duas épocas, de duas línguas. E tudo isso converge para materializar a responsabilidade enunciativa em que o não pertencer ao discurso *aqui e agora* é marcado tipograficamente como pertencente a um exterior.

Os fragmentos analisados, portanto, exemplificam ocorrências do fenômeno da modalização autonímica, mas especificamente da não-coincidência interdiscursiva. Os fragmentos analisados mostraram casos de discurso citado direto, discurso citado indireto, discurso citado indireto com ilhota textual, modalização em discurso segundo, entre outros. Todas esses recursos materializam a responsabilidade enunciativa em que, em um ponto do texto/discurso, temos a presença de um outro discurso, de um outro ponto de vista, de uma outra fonte do saber.

Assim, os sentidos do texto monográfico são construídos, seja nos casos em que o estudante reproduz literalmente o discurso do outro; nos casos em que reformula; quando evidencia uma relação de acordo e adere ao dito, não assumindo os pontos de vista expressos, sendo esses atribuídos a outrem. Em todos esses casos, constatamos que a responsabilidade enunciativa se configura como elemento presente na construção de sentido do texto monográfico.

Os sentidos do texto monográfico são construídos, assim, no jogo de atribuição e/ou assunção de pontos de vista, sendo esse um dos aspectos constitutivos da natureza desse gênero. É nesse jogo dialógico que os sentidos são produzidos, materializando-se por meio de mecanismos linguístico-



enunciativos. Nesse sentido, a não-coincidência interdiscursiva, como marcas da responsabilidade enunciativa, atuam no texto monográfico de modo a promover um diálogo com o outro na tessitura textual, em um jogo de atribuição e/ou de assunção de pontos de vista.

CONCLUSÃO

Nesta pesquisa, centramos nosso interesse na investigação da responsabilidade enunciativa em seções de revisão da bibliografia de monografias de conclusão de curso, focando, mais precisamente, a não-coincidência interdiscursiva (fenômeno de modalização autonímica/as não-coincidência do dizer) como categoria de análise. A partir desse propósito, estabelecemos como objetivo identificar, descrever e analisar a não-coincidência interdiscursiva como ponto que assinala a responsabilidade enunciativa. Para isso, mobilizamos pressupostos teórico-metodológicos da ATD, mais precisamente, baseamo-nos em estudos de Adam (2008), recorrendo aos postulados de Authier-Revuz (2004; 1998) como exteriores teóricos apontados por Adam para abordar o fenômeno da não-coincidência interdiscursiva.

Desse modo, constatamos que a não-coincidência interdiscursiva foi materializada por meio de (a) discurso citado direto, (b) discurso citado indireto, (c) modalização em discurso segundo, (d) discurso citado indireto com ilhota textual, (e) outra língua, (g) outra época. Considerando a significativa recorrência dos vários mecanismos de materialização da não-coincidência interdiscursiva, em que temos a especificação dos *tipos de fronteiras entre o si e o outro*, ou seja, temos a presença dos outros discursos no discurso, entendemos que seu uso indica que os discursos dos outros perpassam de forma significativa o discurso do estudante na escrita do gênero monografia.

Ademais, constatamos que a seção de revisão da bibliografia de monografia de conclusão de curso é construída na dependência de um outro ponto de vista, de um outro dizer, de um outro discurso, sendo essa seção um espaço de vários pontos de vista e que esses, na maioria das vezes, não são assumidos pelo estudante/produzidor. Em outras palavras, os dizeres/conceitos/ideias/teses são trazidos para a construção da seção, mas a





responsabilidade pelo conteúdo dos mesmos não é assumida pelo estudante, nos termos propostos por Adam (2008). O jogo entre atribuição e/ou assunção de pontos de vista faz parte, portanto, da natureza do gênero monográfico. É nesse jogo que os sentidos são produzidos. É atribuindo ao outro os pontos de vista expressos que o estudante mantém o diálogo com os estudiosos de determinada área do conhecimento, sendo essa uma necessidade do texto acadêmico de um modo geral.

Cabe ressaltar, por fim, que esse trabalho, ao tomar a não-coincidência interdiscursiva como categoria de análise da responsabilidade enunciativa, abarca apenas um viés possível de análise. Nesse sentido, a responsabilidade enunciativa, sendo um fenômeno que pode ser manifestado por meio de vários elementos linguísticos, encontra na não-coincidência interdiscursiva apenas uma das muitas formas de ser analisada. Assim, esse estudo possibilita essa abertura para que outros trabalhos sejam empreendidos no sentido de investigar, no âmbito dos estudos da ATD, a responsabilidade enunciativa, fazendo dialogar correntes teóricas diversas. Além disso, devido à necessidade da delimitação, esse estudo foi desenvolvido tomando como *corpus* de análise apenas as seções de revisão da bibliografia de monografias de conclusão de Curso de Letras. Desse modo, abordagens semelhantes podem ser desenvolvidas, focando as demais seções desse gênero e, também, outros gêneros discursivos produzidos em outras situações.

THE INTERDISCURSIVE NON-COINCIDENCE: MARK OF UTTERANCE RESPONSIBILITY IN END-OF-COURSE MONOGRAPHS

Abstract

This work analyses the interdiscursive non-coincidence as a mark that indicates enunciative responsibility in Course Conclusion Monograph from the theoretical support of the Discourse Textual Analysis. This work has its foundations settled mainly in theoretical perspective of Adam (2008) and dialoguing with enunciative studies of Authier-Revuz (1998, 2004). The *corpus* of this research consists of ten (10) sections of literature review from monographs produced as texts for the conclusion of the Letras course. The game between the attribution or assumption of points of view is a constitutive aspect of monographic genre nature. It is in this dialogical game that the senses are constructed, in this case it is materialized through enunciative linguistic mechanisms. In this sense, the





interdiscursive non-coincidence, as the responsibility enunciative marks, work in a monographic text in order to promote a dialogue with others speech in the body of text in a game of assignment and/or assumption of views.

Keywords: Enunciative responsibility; Non-coincidence; Conclusion course monograph; Discourse textual analysis.

REFERÊNCIAS

ADAM, J. M. (2008). **A linguística textual**: introdução à análise textual dos discursos. Tradução de Maria das Graças Soares Rodrigues, Luis Passeggi, João Gomes da S. Neto e Eulália Vera Lúcia Leurquin. Revisão Técnica: Luis Passeggi e João Gomes das S. Neto. São Paulo: Contexto.

AUTHIER-REVUZ, J. (1998). **Palavras incertas**: as não-coincidências do dizer. Tradução de Claudia R. Castellanos Pfeiffer, et al. Revisão técnica da tradução Eni Pulcinelli Orlandi Campinas: Ed. da UNICAMP, p. 11-80.

_____. (2004). Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In:_____. **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Apresentação Marlene Teixeira; revisão técnica da tradução de Leci Borges Barbisan e Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre: EDIPUCRS.

BOCH, F; GROSSMANN, F. (2002). Referir-se ao discurso do outro: Alguns elementos de comparação entre especialistas e principiantes. **Scripta**, v.6, n.11. Belo Horizonte: PUC Minas, p. 97-108.

BESSA, J. C. R. (2007). **Referência ao discurso do outro**: uma análise de problemas de relações de sentido entre discurso citado direto e discurso citante no gênero monográfico. 110 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da linguagem) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

_____.; BERNARDINO, R. A. dos S. (2012). Das marcas de dialogismo no texto acadêmico: o discurso citado em monografias de estudantes de Letras/Português. In: REVISTA LÍNGUA & LITERATURA, Trabalho Completo, v. 13, n. 21, 2011, Rio Grande do Sul. **Anais**. Disponível em < <http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistalinguae-literatura/article/view/163> > Acesso em: 25 maio.

BERNARDINO, R. A. dos S. (2009). **A reformulação parafrástica na fundamentação teórica de trabalhos de conclusão do curso de Letras**. 2009. 152 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

FONSECA, A. F. da; RODRIGUES, M. das G. S. (2012). A responsabilidade enunciativa em discurso de posse do presidente Lula. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE LINGUÍSTICA APLICADA, 9, Trabalho Completo, v. 1, n. 1, Rio de Janeiro. **Anais**. Disponível em: < <http://www.alab.org.br/pt/eventos/ix-cbla/129> > Acesso em: 04 abr 2012.

MATENCIO, M. de L. M. (1997). Atividades de re (textualização) em praticas acadêmicas: um estudo do resumo. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 109-122.





OLIVEIRA, J. de (2011). A responsabilidade enunciativa nas telenovelas: por uma leitura crítica. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE LETRAS E LINGUÍSTICA, Trabalho completo, v. 2, n. 2, Uberlândia. **Anais**. Disponível em: < www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/pt/arquivos/silel2011/1261.pdf >. Acesso em: 10 abr 2012.

PEREIRA, C. C. (2007). **Formas e funções do discurso do outro no gênero monográfico**. 234 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

PASSEGGI, L. *et al.* (2010). A análise textual dos discursos: para uma teoria da produção co(n)textual de sentido. In: BENTES, A. C.; LEITE, M. Q. (Org.). **Linguística de texto e análise da conversação**: panorama de pesquisas no Brasil. São Paulo: Cortez, p. 262-312.

RODRIGUES, M. das. G. S. (2009). Gêneros discursivos acadêmicos: de quem é a voz? In: SIMPÓSIO MUNDIAL DE ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA, 2, Trabalho Completo. **Anais**. Disponível em: <<http://www.simelp2009.uevora.pt/slgs/slg26.html>>. Acesso em: 01 ago. 2011.

SANTOS, J. P. dos (2012). Análise textual dos discursos: a responsabilidade enunciativa em textos de alunos iniciantes de Letras. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE LINGUÍSTICA APLICADA, 9, Trabalho Completo, v. 1, n. 1, Rio de Janeiro. **Anais**. Disponível em: < <http://www.alab.org.br/pt/eventos/ix-cbla/129> > Acesso em: 04 abr 2012.